



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

**Rodrigo Fidalgo Sá Fortes Pinheiro**

**Páginas de sangue: O papel do jornal O Globo e do Clarín na  
cobertura das ditaduras militares e redemocratização  
no Brasil e na Argentina**

**Trabalho de Conclusão do Curso**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Lilian Saback de Sá Moraes

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2025

## Resumo

O presente trabalho visa retornar ao passado e demonstrar qual foi o papel do Jornal Clarín e do Jornal O Globo durante a época dos regimes militares e da redemocratização na Argentina e no Brasil. Tendo em perspectiva a atuação de cada um, é possível compreender como o jornalismo é um agente criador de memória e capaz de ditar o pensamento público de acordo com os interesses e ideais do próprio meio de comunicação e de quem o coordena.

## Palavras-chave:

Jornalismo; Arquivos de Repressão, Comissão da Verdade; Brasil 1964; Argentina 1985;

## 1. Introdução

O filme “Ainda estou aqui” (Walter Salles, 2024) trouxe novamente à tona o contexto político e social do Brasil durante a Ditadura Militar (1964 a 1985). A narrativa aborda a luta de Eunice Paiva em busca de respostas do paradeiro do marido e deputado federal, Marcelo Rubens Paiva. A película demonstra as dificuldades de encontrar documentos durante este período da história brasileira. Eunice recebeu o atestado de óbito apenas em 23 de fevereiro de 1996, após 25 anos de ativismo. Somente após a implantação da Comissão da Verdade (2011 a 2014), muitas histórias puderam ser conhecidas, fatos esclarecidos e documentos oficiais dos militares averiguados (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Em perspectiva, a Argentina passou por um processo semelhante. Em razão de um golpe de Estado, que derrubou a presidente María Estela Martínez de Perón do poder, em 26 de março de 1976, o país ficou sob domínio dos militares até 1983 (Ribeiro, 2021). A produção cinematográfica “Argentina 1985” (Santiago Mitre, 2022) demonstra como a população e as autoridades argentinas lidaram com a memória dos anos de ditadura. Diferente do Brasil, a Argentina julgou e condenou os militares e teve acesso aos arquivos secretos (Ribeiro, 2021).

Apesar da criação da comissão da verdade, “No Brasil, pouco se avançou em termos de uma arqueologia do período ditatorial” (Anjos, 2012, p. 89) Anjos e Zarakin explicam que, ao contrário da Argentina, onde a arqueologia é integrada às políticas públicas de memória, o Brasil carece de ações estatais estruturadas voltadas à pesquisa de locais de repressão (Anjos; Zarakin, 2018).

Apesar de terem durado períodos diferentes, as ditaduras militares da Argentina e do Brasil iniciaram muito próximas, 24 de março e 1º de abril, respectivamente. Não somente a duração em cada país é distinta, mas as diferenças de tratamento dos fatos históricos são

evidentes. Enquanto na Argentina criaram-se os lemas “Nunca Mais” e “Memória, Liberdade e Justiça”, no Brasil vê-se uma parte da sociedade no anseio pelo retorno dos militares ao poder.

Dentro deste contexto,

As ciências sociais se encontram diante de um grande desafio: o de pensar as memórias da repressão e da resistência no contexto atual. Contexto no qual intensas disputas em torno da representação do golpe militar de 1964 estão no centro da acirrada luta política pelo poder, no qual memórias sociais concorrentes e em conflito invadem o espaço público e as redes sociais (Frota, 2017, p. 3).

O jornalismo, além de informar e estar comprometido com a verdade, tem o importante papel de criar memória. O acesso à informação é um direito constitucional, e é um dever do jornalismo assegurar esse direito à população (Brasil, 2011). “Diante da busca pelo direito à memória, à verdade e à justiça, os arquivos da repressão constituíram-se no eixo norteador da reconstrução dos direitos humanos e em especial ao acesso à informação” (Lopes; Konrad, 2013, p. 12).

Diante das diferenças entre os dois países em relação às ditaduras, este trabalho tem como objetivo comparar a abordagem dos jornais O Globo, no Brasil, e o Clarin da Argentina durante a ditadura militar nos dois países.

## **2. Contextualização do período:**

As décadas de 1960 a 1990 foram difíceis para os países da América do Sul. O contexto mundial de Guerra Fria, instabilidade financeira e política em cada um dos países culminou em golpes de estados com regimes de repressão, censura, perseguição política e ausência de democracia. Este período histórico foi marcado pela tomada do poder pelos militares, como ocorreu na Argentina e no Brasil, e também no Chile e no Uruguai. Todas as ditaduras tinham similaridades, que aumentaram com a Operação Condor, que visava reprimir opositores políticos sob tutela dos Estados Unidos (Bauer, 2007).

Esses regimes caracterizaram-se em sua forma repressiva pela imposição do medo e do terror, que acabaram por configurar uma “cultura do medo”, originária das práticas repressivas e da lógica de suspeição. No exercício da coerção física e psicológica, utilizam-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas de sequestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como disseminadoras do medo; a morte e a desaparição, como políticas de extermínio. Além disso, a atuação do aparato repressivo de tais regimes não ficou circunscrita às fronteiras políticas de cada país, evidenciando a colaboração e a cooperação desses aparatos no combate ao “inimigo interno”, estipulado pela “fronteira ideológica”. (BAUER, 2007, p.3)

As ditaduras no Brasil e na Argentina, objetos da análise deste trabalho, tiveram semelhanças sobre o modo de agir, em como perseguir opositores, como selecionar, produzir e esconder documentos. Em ambos os países foram criados centros de informações que eram responsáveis por espionar inimigos políticos ou pessoas que apresentavam ameaças aos governos. Tais órgãos, como o DOI-CODI, no Brasil, e a ESMA, na Argentina, também se tornaram responsáveis pela propagação do medo e do controle na sociedade por meio da produção de documentos, atualmente conhecidos como “arquivos de repressão” (Lopes; Konrad, 2013).

Em ambos os países, a repressão se organizou a partir da existência de dois níveis de normatividade, combinando métodos legais e clandestinos, aplicados paralelamente: 1) repressão de caráter público, configurada pelo conjunto de normas sancionadas durante esse período para a sua execução; 2) repressão clandestina, conjunto de práticas ilegais fundamentadas em ordenamentos elaborados pelas Forças Armadas. (BAUER, 2012, p. 32)

Assim como na produção de documentos, em ambos os países a censura foi um importante instrumento utilizado pelas ditaduras, sendo a peça principal para a manutenção do poder, controle da sociedade e centralização das informações. Em razão desta prática, os documentos produzidos durante estes processos históricos, nos dois países, ficaram por muito tempo escondidos e longe do conhecimento público (Nunca Más, 1984) (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Após o fim das ditaduras e as promulgações de lei de anistias, tanto no Brasil quanto na Argentina, foi a vez de conhecer quais documentos eram desconhecidos e quais revelações eles trariam, como o paradeiro de desaparecidos e todas as mortes sem soluções dos regimes. Ao longo do período de repressão, os países institucionalizaram leis de restrição ou de acesso aos documentos, como um ato político para “ocultar verdades e não sujar biografias de políticos, militares e grandes empresários que ainda estão no cenário político e econômico” (Lopes; Konrad, 2013, p. 19).

## **2.1 - Argentina:**

O golpe na Argentina foi fruto de uma forte crescente do militarismo no país, que ocorria desde 1955. Após uma primeira tentativa de golpe em 1966, liderada pelo movimento “Revolução Argentina”, o país ainda viveu um período de democracia nos anos seguintes. A ascensão militarista teve uma pausa, e Juan Perón e Isabelita Perón sucederam o governo em 1973 (Anjos, 2012).

Assumindo o posto como presidente em eleições livres, Juán Perón morreu no ano seguinte, e a então vice-presidente Isabelita o sucedeu. De acordo com Angelo Priori (2006), o governo de Isabelita foi marcado por uma forte disputa entre a direita e a esquerda. Foi então, em 24 de março de 1976, que uma nova Junta Militar derrubou a presidente e instalou uma ditadura permanente, conhecida como “Processo de Reorganização Nacional”.

Quando a Junta Militar compostas pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas - o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emílio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agostí - tomou o poder e dissolveu o Congresso, iniciou-se a ditadura militar “mais violenta e transformadora da história argentina”. (PRIORI, 2006, p. 2)

O novo regime utilizou a máquina estatal para criar uma “guerra sucia”, ou guerra suja (Nunca Más, 1984), contra os principais opositores. Priori (2006) define o período de 1976 a 1983 como um “verdadeiro genocídio”. Após 40 anos do fim da ditadura militar no país, ainda não é possível determinar o número correto de vítimas do governo, sabe-se que 1.898 pessoas foram comprovadamente assassinadas, e seus cadáveres encontrados e identificados.

A ditadura argentina teve caráter de um “poder desaparecedor”. Segundo a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) cerca de nove mil pessoas identificadas foram dadas como desaparecidas. Entretanto, outras fontes afirmam que os números ultrapassam os 30 mil (Calveiro, 2013).

A残酷 com os presos foi conhecida apenas posteriormente. No período do regime foram criados mais de 350 campos de concentração, para onde eram levados os opositores do regime, considerados como subversivos da sociedade e tratados como menos humanos, do ponto de vista dos militares. A imprensa divulgou abertamente analogias com os campos de extermínio nazistas antes mesmo do fim da ditadura militar no país (Calveiro, 2013).

Os prisioneiros eram submetidos a toda sorte de torturas, disciplina e残酷. O objetivo era desumanizá-los por dias ou meses. E, ainda que tivessem diferenças, todos os campos coincidiam no principal – manter e alimentar o aparato do “poder desaparecedor” – o destino final era a morte, salvo em casos muito excepcionais. Alguns poucos conseguiram fugir dos campos de extermínio; e outros, em pequeno número, foram libertados (Teles, 2014, p.7)

A produção de documentos sobre prisioneiros e ações dos militares ficou a cargo da Secretaria de Inteligência do Estado (SIDE) e da Escola de Mecânica de la Armada (Esma). Somente após o fim do regime, em 1984, começou-se a ter acesso às atrocidades cometidas. O relatório “Nunca Mais”, do então presidente da CONADEP, Ernesto Sábato, trouxe informações ao público sobre os desaparecimentos e mortes (Nunca Mais, 1984).

O regime ditatorial começou a perder força, somente, no início dos anos 1980, após um longo sucateamento da indústria nacional em razão das políticas econômicas liberais. Em busca de apoio popular, os militares decidiram invadir as ilhas Malvinas, território britânico reivindicado pelos argentinos. A guerra entre os países demorou apenas 74 dias e resultou na derrota argentina (Ribeiro, 2021).

A conclusão e os danos sofridos fizeram o general Leopoldo Galtieri renunciar ao cargo de presidente. O substituto, o general Reynaldo Bignone, ajudou nas negociações para o retorno dos civis ao poder. “Todavia, antes da entrega do poder, os militares utilizaram táticas de ocultamento e eliminação de documentos, apagando, assim, grande parte dos registros oficiais do período” (Ribeiro, 2021, p. 106).

Em 1983, Raúl Alfonsín venceu as eleições, o que determinou o retorno da democracia ao país. Ele determinou, no mesmo ano, a constitucionalidade da autoanistia promulgada pelos militares no final da ditadura, e desta maneira, facilitou o início da Justiça de Transição do país (Ribeiro, 2021).

Assim deu-se início aos julgamentos e os processos contra os principais oficiais das forças armadas que estiveram no poder entre 1976 e 1978. Dentre eles, Jorge Rafael Videla e Emilio Eduardo Masser foram condenados à prisão perpétua. Em razão da repercussão dos julgamentos e da alta burocracia do governo argentino, foi determinado que os processos de militares de baixa hierarquia não seriam julgados (Ribeiro, 2021).

Nos anos seguintes, o país enfrentou novas disputas políticas internas, que instituiu as normas: a Lei de Ponto Final (Nº 23.492) e a Lei Obediência Devida (Nº 23.521). “Na prática, ambas as leis colocaram fim às investigações, aos julgamentos e aos processos referentes aos abusos cometidos” (Ribeiro, 2021, p.108). Os comandantes julgados foram soltos após o indulto presidencial de Carlos Menem, que visava a “pacificação nacional”. As leis foram revogadas em 1992, e Videla e Masser foram presos novamente em 1998.

## **2.2 - Brasil:**

Assim como na Argentina, a ditadura militar brasileira foi resultado de fortes disputas políticas no decorrer da história. Com um retrospecto de monarquia e de outros regimes ditatoriais, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, o país vivia, finalmente, em uma democracia a partir de 1945 (Anjos, 2012).

A data é justamente o ano do encerramento da Segunda Guerra Mundial, que logo deságua na Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. O período, marcado pelo

embate de ideias capitalistas e comunistas influenciou toda a região do Cone Sul, como também visto no país vizinho (Anjos, 2012).

Após a morte de Getúlio Vargas, o Brasil foi governado por presidentes que acompanhavam a linhagem trabalhista, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.. Jânio, entretanto, enfrentou uma grave crise econômica e uma baixa popularidade, tanto no Congresso quanto na sociedade. Em uma visita à China, o presidente decidiu renunciar ao cargo, na expectativa de retornar para a função a pedidos do povo, algo que não ocorreu, e levou João Goulart (Jango), que também estava na China, à presidência em 1961 (Anjos, 2012).

A decisão não foi bem recebida pelos setores conservadores, principalmente entre os militares, que desconfiavam de possíveis ideais comunistas de Jango. Ao longo do governo, o presidente tentou realizar reformas de base, como a agrária, o que intensificou o descontentamento da ala militar. Sob justificativa de uma ameaça comunista no país, a unidade da 4ª Região Militar em Juiz de Fora (MG) iniciou uma movimentação das tropas até o Rio de Janeiro, começando assim o golpe militar brasileiro.

As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, comemorou o sucesso do golpe e festejou a derrocada de Jango e das forças favoráveis às reformas e ao projeto nacional-estatista popular. Sem ainda saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressara numa longa ditadura (Reis, 2014. p.39)

A ditadura foi desdobrada em três grandes fases, sendo a primeira marcada pela queda de Jango e pela compreensão e disputas internas sobre quais caminhos seguir. A partir do Ato Institucionalizado número 1 (AI-1), o regime adotou o caráter repressivo, no qual cassou mandatos, suspensão direitos públicos e iniciou a prisão de milhares de brasileiros, considerados subversivos. A idealização de um inimigo externo, então, passou-se para o interno. Desta maneira, foi criada a Doutrina de Segurança Nacional, que legitimou as repressões, assim como a censura aos meios de comunicação e a limitação das liberdades individuais (Anjos, 2012).

A segunda fase da ditadura foi consolidada pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), o qual levou as repressões ao auge por meio de casos de tortura, desaparecimentos e mortes (Anjos, 2012). Se o regime argentino tinha o caráter “desaparecedor”, no Brasil havia a predominância de um poder “torturador” (Teles, 2014).

Ao longo de todo o regime militar, o Estado brasileiro criou diversos órgãos federais e estaduais com o intuito de perseguir opositores políticos, subversivos contrários ao governo, além de “impor o medo e o terror nos cidadãos, justificando tais atos como “salvaguarda e

proteção do país” (Baracchini, 2008, p. 35). Dentre os principais estão o Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Departamento de Operações e Informações do Exército (DOI-CODI).

[..] o Estado de então iniciou um processo de aparelhamento de órgãos de controle e monitoramento ideológico da população. Tal iniciativa visava à obtenção de informações a respeito de indivíduos potencialmente contrários à ditadura e que, conforme o grau do risco que ofereciam, eram presos e mortos nos estabelecimentos militares. Todo este procedimento, desde informações até a prática dos atos de tortura e as consequentes mortes daí advindas eram minuciosamente detalhados aos superiores hierárquicos através de documentos os quais, em sua grande maioria, são desconhecidos do povo brasileiro. (BARACCHINI, 2008, p. 40)

O DOI-CODI, criado em 1970, “é apontado por vítimas e familiares de vítimas, bem como pela historiografia sobre o tema, como o maior centro de tortura do Brasil, do período da Ditadura Civil-Militar” (Souza, 2015, p.17). Dentre os principais nomes da estrutura repressiva do órgão estão os oficiais militares Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Eles estiveram à frente das operações e do uso da tortura como método de interrogatório contra os militantes políticos opositores ao regime (Souza, 2015).

O número de vítimas da ditadura militar brasileira é incerto: além das diversas violações aos direitos humanos, estes órgãos também eram responsáveis pela produção de documentos e arquivos.

Esses órgãos públicos produziram inúmeros documentos referentes às pessoas que por ali passaram, relatando desde a sua prisão, os seus depoimentos e o seu destino final. Os governos militares eram bastante burocratizados e precisavam dos dados existentes nos arquivos militares e policiais, pois estes orientavam a execução das operações futuras de repressão (BAUER, 2006, p. 125).

Além da burocratização interna dos serviços do Estado, estes departamentos também foram responsáveis pelo desenvolvimento de um tipo documental chamado de Inquérito Policial Militar, que tinha como objetivo processar ou criminalizar os opositores. Os registros produzidos eram muitas vezes resultado de depoimentos sob torturas para criar provas contra o acusado, ou como em muitas ocasiões forjá-las.

Por fim, a última fase começa com a posse de Ernesto Geisel, em 1974. Apesar das torturas, repressões e desaparecimentos ainda serem presentes no cotidiano, este período foi o início de uma abertura lenta, gradual e segura. Após a abolição do AI-5, o país pouco a pouco restaurou a democracia, em meio às ondas de protestos, como as Diretas Já, e também com a Lei de Anistia, assinada por João Figueiredo (Anjos, 2012).

O conhecimento público dos documentos da ditadura foi dificultado ao máximo. Como os crimes foram cometidos por agentes do Estado, todos os arquivos foram colocados em sigilo, garantidos por leis e decretos do final da ditadura (Lopes, Konrad, 2013). Além disso, com a Anistia geral, ao contrário da Argentina, nenhum militar foi responsabilizado pelos atos criminosos e muito menos levado a julgamento.

No contexto democrático, nenhum governo avançou em relação ao tema da disponibilidade dos arquivos da repressão. Fernando Henrique Cardoso, ao contrário, assinou o Decreto nº 4.553 e definiu o sigilo eterno aos documentos do Estado. Este cenário mudou sob a presidência de Dilma Rousseff, no dia 18 de novembro de 2011, no qual instituiu a atual Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12. 527). Juntamente com essa lei, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que pela primeira vez no país iria investigar os “casos graves de violações de direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 a 1988” (Lopes, Konrad, 2013. p.16).

A CNV encontrou os documentos e o paradeiro de muitos desaparecidos ao longo da ditadura. O relatório final constatou que o Estado brasileiro violou os direitos humanos por meio de práticas violentas no decorrer do regime militar. Além disso, responsabilizou 377 agentes militares, dentre eles os cinco presidentes do período. Devido ao tempo transcorrido, não houve grandes consequências aos nominados “criminosos” entre 1964 e 1985 (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

### **3. A cobertura da imprensa**

Ambas as ditaduras perseguiram e utilizaram da força do Estado e da censura para manipular a opinião pública, ocultar informações, esconder documentos e impedir que a imprensa trabalhasse de maneira livre. Os jornais impressos eram uma das maiores formas de comunicação e uma das maneiras mais consumidas de informação na época.

O jornalismo cumpre a função de criar memória e ditar o que é dito e o que não é, o que vale a pena ou não ser divulgado. Desta maneira, os jornais na época da ditadura se tornaram também peça importante, tanto em função de apoio aos governos quanto na luta a favor da democracia e contra a ditadura.

Além disso, é importante ressaltar para qual público os meios de comunicação se comunicam e qual mensagem eles desejam transmitir. Neste trabalho, foram escolhidos os jornais Clarín, da Argentina, e O Globo, do Brasil, devido a posição de apoio aos respectivos regimes.

Devemos considerar que os jornais, como meios de comunicação privados, devem atentar-se ao perfil do público ao qual se destinam. As notícias publicadas, mesmo que se apresentem como simples informações, são analisadas à luz das ideologias e identidades do leitor. Dessa forma, consideramos que um discurso que não encontre boa recepção no público alvo daquele periódico deixa de ser reiterado, sendo o inverso também verdadeiro: discursos bem aceitos passam a ser veiculados com mais ênfase (BALBINO, 2020. p. 539)

### 3.1 – Clarín

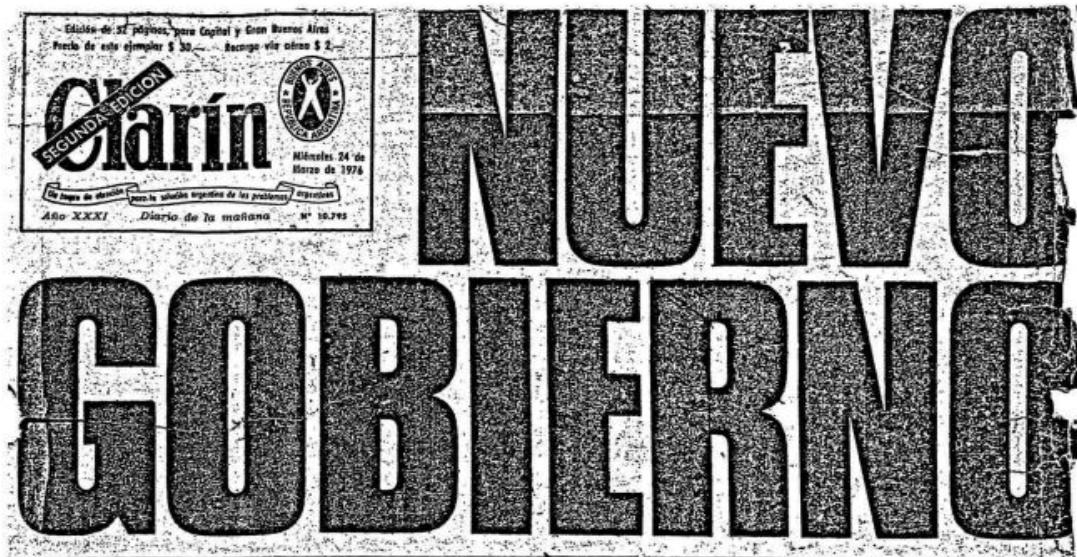
O Jornal Clarín foi fundado em 1945 pelo político, jornalista e empresário argentino, Roberto Noble, em Buenos Aires, capital argentina. O jornal foi um dos primeiros do país a ser produzido em formato de tabloide, e desde a criação esteve aliado aos governos, principalmente aos relacionados aos setores conservadores. Mantendo este histórico, o Clarín foi a favor da primeira Junta Militar, em 1955, e do golpe militar em 1976, já sob o comando da viúva Ernestina Herrera de Noble.

Nos meses que antecederam o golpe, o jornal teve um grande papel de trazer a insatisfação com o governo de Isabelita Perón. O Clarín definiu a situação do país como um “caos” e como uma “crise nacional”. Desta maneira, o apoio popular cresceu, assim como as forças militares se fizeram mais presentes nas páginas dos exemplares (Iturralde, 2013. p.10).

No dia da instalação do regime, o jornal publicou na primeira capa (Fig. 1): “Novo Gobierno”. O texto de entrada relatou a nova situação no país:

A prolongada crise que aflige o país começou a ter seu desfecho nesta madrugada com o afastamento de María E. Martínez de Perón como presidente da nação. Uma junta militar integrada pelos comandantes-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica assumiu nesta madrugada o controle do país. O comunicado transmitido nas primeiras horas explicou que as Forças Armadas adotaram essa atitude “diante do vazio de poder” e para evitar a anarquia e combater a imoralidade. (CLARÍN, 24 mar. 1976, p. 1. tradução nossa)

**Figura 1:** Primeira página do Jornal Clarín publicada em 24 de março de 1976.



Fonte: <https://tapas.clarin.com/> Acessado em: 12 de novembro de 2025

No decorrer do regime, o Clarín adotou uma postura aliada ao novo poder argentino. No dia 31 de março de 1976, o jornal mostrou apoio ao presidente Jorge Videla, ao dizer que a intervenção das forças armadas era a única alternativa para o desgoverno, a corrupção e complacência no país. Além disso, no mesmo texto, o periódico anunciou a instauração da censura e dos usos das forças militares para combater as guerrilhas contrárias. “[Videla] Convocou, por fim, todos os argentinos a ‘recuperar a essência do ser nacional’ e a criar uma organização futura que permita o exercício de uma democracia com autêntica representatividade” (Clarín, 31 mar. 1976, p. 1. tradução nossa).

Os anos seguintes foram acompanhados por uma cobertura pouco aprofundada sobre os crimes da ditadura militar argentina. O jornal deu pouca relevância ao sequestro e desaparecimento de 10 estudantes em La Plata, em 1976, assim como à primeira marcha das Madres de Plaza de Mayo, que exigiam informações sobre os filhos desaparecidos. Além disso, o Clarín demonstrou apoio ao início da Guerra das Malvinas e exaltou o título da seleção argentina da Copa do Mundo de 1978 (Fig.2), realizada durante o período da ditadura.

**Figura 2:** Primeira página do Jornal Clarín publicada em 26 de junho de 1978.



Fonte: <https://tapas.clarin.com/> Acessado em: 12 de novembro de 2025

Contudo, com o decorrer dos escândalos contra os direitos humanos e as acusações de desaparecimentos em crescente no país, o Clarín passou a cobrir os eventos pró-democracia e deixou de ser um aliado tão forte. Apesar da clara mudança nas abordagens, o jornal não deixou de classificar as ações da oposição ao regime como “subversivas”. No dia 29 de abril de 1983, o periódico publicou na primeira capa a manchete “Se não estão em exílio ou em clandestinidade, os desaparecidos são declarados mortos”. O texto, entretanto, aborda a ditadura como uma “guerra contra a subversão e o terrorismo”.

No mesmo ano, chegou ao fim o período de terror da ditadura argentina. O general Leopoldo Galtieri deixou o cargo em 17 de junho de 1982, e Reynaldo Bignone assumiu a presidência com a missão de cumprir uma “transição controlada”. A Junta Militar sabia que o final do governo estava próximo, então tentou limitar e retardar o retorno da democracia, com leis de autoanistia, queimas de arquivos e com regras rígidas para as eleições.

Em 30 de outubro de 1983, os argentinos finalmente voltaram às urnas para eleger um presidente democraticamente. Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical (UCR), venceu as eleições e assumiu a presidência na Casa Rosada. Na capa do Clarín estava em destaque a palavra “Llegamos”, em português “Chegamos”. A matéria do jornal exalta o retorno dos cidadãos às urnas, porém manteve a definição da ditadura com o nome eufemista de “governo militar”.

Depois de uma década e após sete anos de governo militar, quase 18 milhões de argentinos votam hoje nos 24 distritos para designar os 600 grandes eleitores que nomearão, em 30 de novembro, o novo presidente e vice-presidente da nação. (CLARÍN, 30 out. 1983, p. 1. tradução nossa)

Logo no início de governo de Alfonsín, o novo presidente decretou inconstitucional a autoanistia e também promulgou a criação do CONADEP. Com a missão de fazer justiça e de solucionar os crimes da ditadura contra os direitos humanos, a Argentina começou o processo de julgamento e processamentos dos comandantes militares. Como dito anteriormente, os principais nomes do regime militar estiveram na cadeira dos réus e tiveram penas duras, apesar dos esforços e reviravoltas seguintes nos casos.

Jorge Rafael Videla e Emilio Eduardo Massera foram julgados e receberam a condenação de prisão perpétua no dia 10 de dezembro de 1985. O Clarín esteve presente nos julgamentos e deu o destaque para as punições na primeira capa do jornal (Fig. 3).

**Figura 3:** Primeira página do Jornal Clarín publicada em 10 de dezembro de 1985.



Fonte: <https://tapas.clarin.com/> Acessado em: 12 de novembro de 2025

Com as revelações que o dossiê “Nunca Más” trouxe à tona, o Clarín adotou um tom moderado na cobertura, mas também manteve um discurso sobre a “antiargentinidade” que alguns grupos propagavam após os anos de regime militar. No aniversário de 20 anos do golpe, o jornal informou os leitores sobre os atos contra a ditadura e chamou a manifestação na Praça

de Maio de “Massivo repúdio ao golpe”. O periódico, entretanto, deu atenção somente aos grupos mais tradicionais, como as MÃes da Praça de Maio.

Recentemente, no aniversário de 49 anos do golpe, no dia 24 de março de 2025, o jornal fez a cobertura do grande protesto na Praça de Maio. Nestas reportagens, porém, o Clarín trouxe pouca memória sobre o regime militar e deu foco principalmente à oposição ao governo de Javier Milei (Fig. 4). Além disso, o jornal também deu quase metade do espaço para uma defesa do poder argentino, por meio de um vídeo de Agustín Laje, escritor conservador do país.

Enquanto o Clarín destacou os 30 mil desaparecidos do regime, o periódico também colocou as ações militares no mesmo nível das atitudes da oposição da época. “O ‘Nunca mais’ deve ser também um ‘nunca mais’ à imposição de um relato pela violência, venha ele do Estado ou das organizações armadas” (Clarín, 25 mar. 2025, p. 8. tradução nossa).

**Figura 4:** Primeira página do Jornal Clarín publicado em 25 de março de 2025.



Fonte: <https://tapas.clarin.com/> Acessado em: 12 de novembro de 2025

### 3.2 – O Globo

Assim como o Clarín, o jornal O Globo também teve a veia conservadora desde antes da ditadura militar brasileira. O meio de comunicação foi fundado em 1925 por Irineu Marinho

no Rio de Janeiro, mas só atingiu o auge do impresso sob as mãos do filho Roberto Marinho nos anos de 1950, quando ultrapassou a marca de 100 mil impressões. Nesta época, O Globo apoiou a ala conservadora do país contra Getúlio Vargas, fazendo oposição ao governo do trabalhista nas manchetes. O periódico ainda teria outras posturas de apoio a esses grupos, como contra as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1955.

Inicialmente, ou surpreendentemente, o jornal apoiou a candidatura de Jânio Quadros, mas logo depois passou a criticar as políticas externas do presidente. Após a renúncia, o O Globo reconstruiu uma linha do tempo que o levou à decisão. O tratamento com João Goulart passou a ser mais agressivo com o tempo, e assim criou-se uma legitimação do golpe por parte do jornal.

O Globo cobriu a tomada do poder pelos militares nos primeiros dias de governo, a qual o jornal chamou de “revolução”. No dia 2 de abril, o meio de comunicação expressou insatisfação com a crise política e financeira do país e demonstrou apoio à decisão dos militares (Fig. 5). Alguns dos artigos publicados no jornal relataram: “Brasil repeliu sua cubanização” e “Ressurge a democracia”.

Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças a decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições (O GLOBO, 2 abr. 1964, p. 1)

**Figura 5:** Primeira página do jornal O Globo publicado em 2 de abril de 1964.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> Acessado em: 17 de novembro de 2025

No decorrer do regime militar, O Globo manteve o discurso anticomunista, ao afirmar que os militares haviam retirado as chances de uma revolução socialista no país. No dia 10 de abril de 1964, o jornal trouxe a promulgação do primeiro Ato Institucional na íntegra, além de estampar o pensamento dos militares nas páginas. Desta maneira, o jornal teve um papel de ajudante para propagar à população que a “revolução” era a única solução para a saída da crise brasileira e para a retomada da estabilidade na sociedade.

Assim como no AI-1, O Globo também estampou a capa com a íntegra do AI-5, que estabeleceu a censura, o fechamento do congresso e o fim dos habeas corpus. Na reportagem sobre a promulgação da lei, o jornal trouxe a opinião do Ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, que dizia: “Ato institucional visa preservar a Revolução e a defender o regime” (O Globo. p.10) (Fig. 6).

**Figura 6:** Primeira página do jornal O Globo publicado em 14 de dezembro de 1968.

# EDITADO O ATO 5

- 1) Congresso em recesso**
- 2) Confisco de bens**
- 3) Suspensos “habeas” políticos**
- 4) Restabelecidas as cassações**
- 5) Liqüida a vitaliciedade**

É o seguinte o texto do Ato Institucional nº 5, ontem editado pelo Presidente da República:



Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> Acessado em: 17 de novembro de 2025

Nos anos seguintes, o O Globo manteve as manchetes positivas em relação à ditadura militar brasileira. Era comum que as manchetes, páginas e editoriais do jornal ligassem o regime aos ideais democráticos, à modernização do país e a uma visão esperançosa sobre o futuro. Assim como na capa do dia 2 de abril de 1964, quando dito: “A democracia ressurge”, o periódico tentava levar a ideia aos leitores que a democracia estava em processo de consolidação.

Essa é uma preocupação constante dos editoriais: demonstrar a coesão do governo militar, tentar comprovar que os ideais políticos motivadores do golpe, que seriam de acordo com a interpretação deles, a ética, a liberdade política, a democracia e a ordem, não se modificaram ao longo do processo, nem mesmo nos “anos de chumbo” (MIRANDA. 2015. p.42)

O processo de abertura do governo militar foi algo celebrado pelo *O Globo*. De acordo com o jornal, essa era a etapa final do regime, sendo o caminho para o desenvolvimento proposto pelo “movimento de 31 de março” e o auge da maturidade da ditadura. Neste momento, o jornal passa a criticar todos que demonstram a ser contra a abertura, seja de esquerda ou de direita, porém continua a alertar e opinar que grupos “subversivos” poderiam interromper este processo por revanchismo.

Miranda chama a atenção para a contradição do periódico. Isto pois ao longo de todos os anos de governo nunca retratou a ditadura como antidemocrática, mas na abertura política adotou o discurso de “redemocratização ou restauração democrática”.

No dia 10 de abril de 1984 ocorreu a manifestação das Diretas Já na Rua Presidente Vargas, no Centro do Rio de Janeiro. Apesar da cobertura e da retratação do evento como a “maior concentração política da história da cidade”, o *O Globo* destacou mais o “clima de carnaval”, os preços das cervejas.

Havia palhaços, engolidores de fogo, pessoas fantasiadas, circunspectos executivos que acabavam de sair do trabalho, humildes casais com seus filhos, jovens dos colégios da alta classe média e muitos vendedores ambulantes, que ofereciam desde broches com a inscrição “Diretas já” aos mais diversos tipos de comida (*O GLOBO* 11 abr. 1984. p.. 5)

Como visto anteriormente, a ditadura concluiu a passagem para a democracia em 1985. Devido à lei de Anistia, sancionada por João Figueiredo, e celebrada pelo *O Globo*, nenhum militar foi julgado por crimes contra os direitos humanos ou sobre quaisquer ações ao longo dos 21 anos das forças armadas no poder do país.

Para a história e memória brasileira, a ditadura ficou no esquecimento. Em 2010, porém, a candidata Dilma Rousseff venceu as eleições e assumiu a presidência do Brasil. A nova presidente eleita havia sido presa e torturada durante a ditadura militar, o que ajudou em um revisionismo no passado de sangue e crimes. Em novembro de 2011, a presidente sancionou a lei de Acesso à Informação, assim como a “Comissão da Verdade”. O ato, no entanto, ganhou pouco espaço na capa do *O Globo* do dia, ao estar na parte inferior em somente um quadrado.

O título disse: “Esclarecendo o passado”. Na notícia, o jornal repete que a intenção de Rousseff não é uma revanche, algo que é dito diversas vezes quando caracterizam a presidente como “presa e torturada” em notícias futuras. Ao relatar tantas vezes o tema do revanchismo, o jornal deixava aberta esta interpretação para qualquer leitor.

O desconforto dos militares presentes ganhou destaque (Fig. 7), e enquanto a notícia e os esclarecimentos sobre a Comissão da Verdade encontravam-se somente nas laterais, a reação dos militares tomou conta do centro do papel.

**Figura 7:** 12<sup>a</sup> página do jornal O Globo publicado em 19 de novembro de 2011.



OS COMANDANTES militares ficam imóveis em meio aos aplausos na cerimônia

Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> Acessado em: 22 de novembro de 2025

O Globo teve uma postura contrária à Comissão da Verdade desde antes de ela existir. Ainda no governo do presidente Lula, quando houve uma sinalização da criação de uma comissão, o jornal publicou um editorial chamado: “Erro de avaliação”, no qual mais uma vez criticou o revanchismo por parte do governo. Nos anos seguintes, a postura do periódico continuou a mesma, ao afirmar que rever a Lei de Anistia seria mexer em “um capítulo já encerrado da história”

A instalação da Comissão da Verdade ganhou um elogio do O Globo em setembro de 2011, quando o jornal exaltou a importância de “obter informações sobre o paradeiro de pessoas desaparecidas naquela guerra suja, jogar luz em episódios obscuros”. Neste mesmo texto, o periódico retorna e cita ser contrário à transformação da CNV em um “tribunal de acusação” (O Globo, 26/09/2011, p. 6).

A Comissão da Verdade entregou o relatório final no dia 10 de dezembro de 2014, no qual responsabiliza 377 militares por crimes contra os direitos humanos. O Globo destacou a importância da CNV e também a postura de Dilma ao receber o documento, apesar de recordar mais uma vez sobre o revanchismo e o passado da presidente.

Embora com elogios ao trabalho, o jornal novamente se colocou contrário a qualquer revisão sobre a Lei de Anistia, algo pedido pelo relatório final da CNV. O editorial do impresso do mesmo dia teve o título “Comissão extrapola ao pedir limitação da Anistia”. (Fig. 8)

**Figura 8:** Primeira página do jornal O Globo publicada em 11 de dezembro de 2014.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> Acessado em: 22 de novembro de 2025

#### 4. A análise

Ao longo de todo o processo, os jornais tiveram papel central na cobertura e na propagação de informações sobre os regimes, incluindo na utilização de outros temas como propaganda. As copas do mundo de 1970 para o Brasil e a de 1978 para a Argentina foram grandes exemplos desta prática (Fig. 9).

Tanto o Clarín quanto O Globo exaltaram os feitos das seleções que simbolizaram o sucesso e as glórias dos países, algo que os meios de comunicação utilizaram para relacionar aos regimes. A análise de Maria Helena Capelato (2006) resume a atitude adotada em ambas as ditaduras: “Os militares procuraram construir, durante a ditadura, uma memória que invocava o passado para legitimar sua imagem de salvadores da pátria contra o inimigo subversivo”. (Capelato, 2006, p.68)

**Figura 9:** Página 3 do jornal O Globo publicado em 22 de junho de 1970.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> Acessado em: 2 de dezembro de 2025

O Clarín e O Globo tiveram origens e histórias similares, vindos de empresários e passados como herança para familiares. Ambos tinham ideias conservadoras e um claro público-alvo: a classe média de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, respectivamente. Desta maneira, os assuntos abordados e como seriam ditos também eram pensados a respeito de quem iria ler e quais ideias deveriam ser propagadas.

Assim, por meio da influência destes periódicos, uma grande parcela da população dos países também legitimou os regimes. Os jornais publicaram os feitos das ditaduras e contribuíram para perpetuar o medo na população, indicando que os golpes eram a única solução para as crises nos países. Por meio das manchetes como “Nuevo Gobierno”, do Clarín, em 24 de março de 1976, e como “A democracia está sendo restabelecida”, do O Globo, em 2 de abril de 1964, os meios de comunicação deram um aspecto positivo para os regimes criminosos.

Em 23 de maio de 1964, O Globo ajudou na campanha de legitimação da ditadura com a capa: “Planos apreendidos revelam o que fariam os comunistas: incêndios, execuções e saques simultâneos em todas as cidades”. O Clarín, de maneira similar, também demonstrou à população que o golpe serviria para restabelecer a ordem na Argentina:

[Videla] Lembrou aos trabalhadores e empresários que os primeiros tempos exigem sacrifícios e a postergação de aspirações “justas em épocas de prosperidade”, porém “inalcançáveis em situações de emergência. Convocou, finalmente, todos os argentinos a “recuperar a essência do ser nacional” e a criar uma organização futura que permita o exercício de uma democracia com autêntica representatividade (CLARÍN, 31 mar. 1976, p. 1. tradução nossa)

Mesmo após o fim de ambos os regimes, os jornais mantiveram as posições de aliados dos militares e dos interesses de empresários conservadores. Embora os países tenham lido

com o pós-ditadura de maneira diferente, tendo a Argentina julgado e levado generais à prisão, enquanto no Brasil nenhum dos militares foi jamais responsabilizado pelos crimes hediondos contra os direitos humanos, a mesma diferença, entretanto, não ocorreu nas coberturas.

Tanto o Clarín quanto O Globo trataram a oposição como pessoas “subversivas” e traidoras da pátria e nunca deixaram de defini-las desta forma. Os jornais relativizaram os crimes confirmados dos regimes, os igualando ao nível das ações da oposição. Enquanto a Argentina condenava os militares, o Clarín adotou um discurso preocupado com a “antiargentinidade”, que os julgamentos poderiam levar à sociedade. No Brasil, O Globo por diversas vezes deu pouco espaço para a Comissão da Verdade e ressaltou o passado e uma “tentativa de revanche” da presidente Dilma Rousseff, além de se declarar contrário à revogação da Lei da Anistia.

## **5. Considerações Finais:**

Entender o passado é fundamental para a proteção do futuro. Os arquivos e os acervos são fundamentais para compreender o que foi dito, como foi dito e porque foi dito. Desta maneira, voltar às coberturas do Clarín e do O Globo foi essencial para conhecer a história dos países e o papel das mídias em eventos marcantes para a sociedade.

Este trabalho evidenciou que ambos os jornais foram apoiadores dos respectivos golpes de Estado, servindo até como impulsionadores de ideias, na escolha de palavras, imagens e do que ganharia destaque ou não nas manchetes. Ficou claro que o jornalismo se colocou como mediador das notícias e das informações que seriam divulgadas ao público, e por meio da credibilidade, ditou o pensamento e narrou os fatos mediante o pensamento da própria editoria e dos interesses dos jornais.

Retornar a estes acervos é de alta importância, ainda mais em momentos nos quais a democracia é desmoralizada e descredibilizada. O jornalismo deve entender-se como uma função social de levar a informação de qualidade a todos, mas também como defensor dos direitos humanos e do Estado Democrático de Direito. Além disso, o acesso aos arquivos da repressão, de informação pública, também é um direito à população garantido constitucionalmente.

Por fim, a pesquisa em acervos e nos documentos das ditaduras não deve ser interrompido. Mesmo após julgamentos ou comissões para compreender o que ocorreu nestes governos, muitas questões ainda estão em aberto. Apesar das décadas passadas, o papel do jornalismo também é cobrar por mais respostas e nunca deixar estes regimes e os crimes caírem no esquecimento.

## Referências:

ANJOS, Giullia Caldas dos. A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. **Arqueología Pública**, Campinas, n. 5, p. 79–91, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635766>. Acesso em: 30 jun. 2025.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: Eudeba, 1984. Disponível em: <https://archive.org/details/nuncamsreportofa0000arge>. Acesso em: 4 dez. 2025.

BALBINO, A. C. A tragimoração nas manifestações de Clarín, La Nación e El País no entorno do 20º aniversário do golpe de Estado Argentino (1996). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 532–558, 2020. DOI: 10.36449/rth.v23i2.20811. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20811>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012. 330 p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069158018>. Acesso em: 20 out. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. v. 1 Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 4 dez, 2025.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013. 151 p. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/clio/article/download/41602/26460>. Acesso em: 24 out. 2025.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a história. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Pernambuco, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24758>. Acesso em: 2 dez. 2025.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Ciência da informação, história e política. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 2, n. 1, p. 1–15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/10988/7759>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ITURRALDE, Micaela. **El diario Clarín y la construcción discursiva del golpe de Estado de marzo de 1976 en Argentina**. Quórum Académico, Maracaibo: Universidad del Zulia, v. 10, n. 2, p. 199–223, jul./dic. 2013. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/25363>. Acesso em: 7 nov. 2025.

LOPES, Janaina Vedoin; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Arquivos da repressão e leis de acesso à informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 5, n. 13, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/42160>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MAGNOLO, Talita Souza; PEREIRA, Aline Andrade. O papel desempenhado pelo jornal O Globo ao golpe de 64. In: XXI CONGRESSO DE CIÉNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-0160-1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **As representações do Golpe e da ditadura militar brasileira nos editoriais do jornal O Globo (1964–1985)**. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/62372156/monografia\\_camilamoniao\\_versao\\_final20200315-94315-6bztl.pdf](https://www.academia.edu/download/62372156/monografia_camilamoniao_versao_final20200315-94315-6bztl.pdf). Acesso em: 22 nov. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **The Press and Latin American Dictatorships: O Estado de S. Paulo, Clarín, and the 1964 Brazilian and 1976 Argentine Military Coups**. Hispanic American Historical

Review, Durham, v. 104, n. 2, p. 241–269, maio 2024. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/doi/10.1215/00182168-11683938/394401>. Acesso em: 30 jun. 2025.

PERLATTO, Fernando. **Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78–100, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3381/338160583013/338160583013.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2025.

PINTO BARACCHINI, A. O sigilo dos arquivos vinculados ao regime militar e o direito constitucional à informação: uma questão de cidadania. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2008. DOI: 10.5902/198136946862. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/6862>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PRIORI, A. Golpe militar na Argentina: apontamentos históricos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 59, abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59436>. Acesso em: 24 out. 2025.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Disponível em: <https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=0RLUDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=golpe+militar+no+brasil&ots=mUwZ4wdl7O&sig=oiBeL9qf3OT303SkblJvngzdr2c>. Acesso em: 28 nov. 2025.

RIBEIRO, Heloísa Cristina. A Ditadura Militar na Argentina (1976–1983): o aparato repressivo e a Justiça de Transição. **Humanidades em Diálogo**, São Paulo, v. 10, p. 100–115, 2021. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.159255. Disponível em: <https://revistas.usp.br/humanidades/article/view/159255>. Acesso em: 26 out. 2025.

SOUZA, Diego Oliveira de. **A atuação repressiva do DOI/CODI/II Exército: a visão militar e a justiça de transição nas iniciativas cívicas do Ministério Público Federal**. 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/510/2019/01/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Diego-Oliveira-de-Souza-2015.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2025.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão: paralelos e distinções entre Brasil e Argentina. Taller (Segunda Época). **Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**, v. 3, n. 4, p. 99–117, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/324546051\\_DITADURA\\_E\\_REPRESSAO\\_PARALELOS\\_E\\_DISTINCOES\\_ENTRE\\_BRASIL\\_E\\_ARGENTINA](https://www.researchgate.net/publication/324546051_DITADURA_E_REPRESSAO_PARALELOS_E_DISTINCOES_ENTRE_BRASIL_E_ARGENTINA). Acesso em: 24 out. 2025.

## FILMOGRAFIA:

AINDA estou aqui. Direção: Walter Salles. Produção: VideoFilmes. Brasil: Globoplay, 2024. 1 vídeo (1h36min), son., color. Disponível em: <https://globoplay.globo.com>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ARGENTINA, 1985. Direção: Santiago Mitre. Produção: La Unión de los Ríos; Kenya Films; Infinity Hill. Argentina: Amazon Studios, 2022. 1 vídeo (2h20min), son., color. Disponível em: <https://www.primevideo.com>. Acesso em: 1 jul. 2025.